



CAMPESINATO E POLÍTICA: uma abordagem geográfica sobre a prática agroecológica

Thiago Araujo Santos
Universidade de São Paulo

Resumo

Considerando a conflitualidade presente nas relações em que estão envolvidos os camponeses, sob o capitalismo, propomo-nos, neste trabalho, a discutir as “práticas agroecológicas” como um fator político. Interessa-nos, aqui, investigar o modo pelo qual a agroecologia, enquanto “modelo alternativo”, serve como elemento mobilizado pelos camponeses para fortalecer uma oposição política à lógica do agronegócio. Inicialmente, refletiremos sobre o “lugar social” do campesinato no capitalismo, discutindo, brevemente, a sua condição de subordinação econômica, apontando, assim, para a relevância política de iniciativas de resistência a essa realidade adversa. Em seguida, como implicação teórica, apontaremos para a importância do entendimento da agroecologia como prática social, questionando, assim, o caráter naturalista que, em grande medida, subjaz o seu entendimento como ciência ou campo do conhecimento.

Palavras-clave: Campesinato. Conflito. Agroecologia. Prática Social.

PEASANTRY AND POLICY: A geographical approach on agroecological practice

Abstract

Bearing in mind the struggle presents in the relationships that involve peasants in capitalism, here we propose to discuss "agroecological practices" as a political factor. Our interest is to investigate the way that the agroecology as "alternative model" serves as an element used by peasants to strengthen a political opposition to agribusiness. First, we reflect on "social location" of the peasantry in the capitalism system. For this, we briefly discuss about its economic subordination condition, so that to emphasize the political relevance of resistance initiatives to this troubled reality. Secondly, as theoretical implication, we pointed the importance of agroecology as a social practice, criticizing the naturalistic view that widely underlies its understanding as science or field of knowledge.

Keywords: Peasantry. Conflict. Agroecology. Social Practice.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é, fundamentalmente, refletir sobre aspectos que envolvem atuação política do campesinato no capitalismo. Para isto, discutiremos a conflitualidade subjacente às relações nas quais estão envolvidos os camponeses, tomando como base, sobretudo, as relações econômicas e embates políticos diante do capital. Partimos, assim, da hipótese de que a agroecologia aparece, neste contexto, como uma importante prática social que leva a redefinições nas relações de poder no campo, configurando alternativas aos mecanismos de subordinação ao capital comercial e industrial. Como observaremos, a agroecologia, enquanto “modelo alternativo”, serve como importante elemento mobilizado pelos camponeses para fortalecer uma oposição política à lógica do agronegócio. Como produto de nossa reflexão, procuraremos apontar para a análise do *conflito* enquanto importante procedimento de investigação nos estudos sobre a agroecologia, em especial na Geografia.

Esta discussão será realizada, neste artigo, em duas partes. Na primeira delas, trataremos, brevemente, sobre o “lugar social” do campesinato no capitalismo, apontando para a presença do conflito como aspecto relevante na relação que os camponeses estabelecem com o resto da sociedade. Na segunda parte, apresentando algumas experiências/alternativas firmadas pelos camponeses, apontaremos algumas implicações políticas e teóricas.

O “lugar social” do campesinato no capitalismo: delimitando traços de conflitualidade

O entendimento do “lugar social” do campesinato no capitalismo é certamente cercado de controvérsias teóricas e políticas. Mesmo dentro dos limites que definem as posições marxistas, são abundantes as polêmicas associadas a essa questão. Uma importante razão para isso é o fato de que as principais obras de Karl Marx são, ainda, insuficientes para revelar, de forma conclusiva, a sua interpretação acerca do lugar social do campesinato no capitalismo.

Uma evidência disto é a resposta a uma carta elaborada por uma jovem marxista russa, Vera Zassulitch, que lhe escrevera, em fevereiro de 1881, para lhe perguntar se, em *O capital*, “Marx dera a entender que a Rússia agrária teria que atravessar todas as etapas da exploração industrial capitalista para que pudesse vir a ter esperanças de uma revolução” (WILSON, 1986, p. 328). Tratava-se, por parte de Vera Zassulitch, de descobrir se na concepção de Marx a desintegração da comuna russa era ou não um requisito para o avanço do processo revolucionário naquele país, isto é, se o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente destruturação do *Mir*ⁱ era uma etapa necessária sob o ponto de vista revolucionário na Rússia. Os diversos rascunhos que restaram (MARX, 2005) indicam a dificuldade que Marx teve para responder essa questão: “o próprio Marx não tinha muita certeza a respeito dos rumos históricos de sociedades em que prevaleciam ainda populações camponesas, como era o caso da Rússia de seu tempo” (MARTINS, 2008, p. 152).

Alguns marxistas, por outro lado, encarregaram-se de rastrear as evidências necessárias para fortalecer a hipótese segundo a qual, no capitalismo – em seu

processo de desenvolvimento – não há espaço para o campesinato como classe social. Este foi o caso do russo Vladimir Ilitch Lênin, a partir de seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, e do alemão Karl Kautsky, através d’*A questão agrária*, ambos publicados em 1889, seis anos após a morte de Marx. Um pressuposto compartilhado pelos autores é o de que o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações *especificamente capitalistas* de produção no campo, o que geraria um processo de *diferenciação interna* no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses ricos), e os que se proletarizariam (camponeses pobres). Esse processo, portanto, culminaria com a *desintegração do campesinato* através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em capitalista ou em assalariado.

Uma interpretação distinta foi desenvolvida tendo como base o pensamento de Rosa Luxemburgo (1976). Trata-se da perspectiva segundo a qual não há incompatibilidade entre a existência do campesinato e o desenvolvimento do capitalismo. Aqui, parte-se do pressuposto de que, mediante mecanismos de extração da renda da terra, o capital recria o campesinato em seu processo de expansão. Entende-se, assim, que o capitalismo avança engendrando relações de produção não-capitalistas, contraditoriamente, como forma de garantir a produção não-capitalista de capital.

Uma importante contribuição nesta direção foi dada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em seus estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. O autor enfatiza que a partir da fusão estabelecida entre a indústria e agricultura, o capital desenvolve-se no campo através de dois caminhos. No primeiro deles, o capital monopolista se *territorializa* na agricultura, isto é, expropria o campesinato da propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, levando os camponeses à migração para as cidades, convertendo-os em assalariados nos ramos industrial, comercial ou de serviços, podendo ocorrer também a transformação do camponês em “bóia fria”, em assalariado do campo. Portanto, por este caminho, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude, onde o capitalista/proprietário de terra acumula, ao mesmo tempo, o lucro da atividade industrial e agrícola, como também a renda da terra gerada por essa atividade. No segundo caminho, por sua vez, ocorre a *monopolização do território* pelo capital monopolista, sem que ocorra a *territorialização* deste capital. Neste caso, o capital cria, recria e redefine as relações de produção camponesa e familiar, abrindo espaço para o desenvolvimento da produção camponesa (OLIVEIRA, 2005, p. 478).

O que diferencia esta perspectiva teórica daquelas já discutidas neste item – especialmente a de Lênin e Kautsky – é o fato de que, aqui, a existência concreta do campesinato não é entendida como um acidente, como um resquício histórico cujo desaparecimento é considerado inevitável, um produto pré-determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, os camponeses são interpretados como parte constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, já que neste processo são engendradas relações de produção não-capitalistas como recurso a sua expansão, isto é, como forma de garantir a *produção não capitalista do capital* (OLIVEIRA, 1990, p. 12). Neste sentido, sendo considerados “de dentro” do capitalismo, os camponeses alcançam um estatuto teórico de inteligibilidade

no qual as suas formas de interrelacionamento com a sociedade constituem-se em um objeto profícuo ao deslindamento teórico. Como parte deste processo, práticas sociais que configuram *formas de resistência* podem ser identificadas e analisadas, desenvolvendo-se assim um instrumental analítico aberto ao entendimento da luta empreendida pelos camponeses em busca da superação dos obstáculos que os atingem:

Não se trata aqui, no entanto, de, em nome da lógica de reprodução da unidade camponesa, subtrair a lógica do capital. Na verdade, procuramos, ao pensar a reprodução camponesa como uma relação não-capitalista, situá-la no conjunto das contradições do capital. Não reduzindo, todavia, essa recriação camponesa a uma pura e simples determinação do capital. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital (ALMEIDA, 2006, p. 24).

Com o propósito de aclarar esta questão, valemo-nos da referência a uma forma bastante comum de *monopolização do território*. Trata-se dos casos nos quais os camponeses encontram-se sob condição de dependência no processo de circulação de sua produção ao capital comercial. Neste caso, em razão das dificuldades relativas ao escoamento da produção camponesa de forma direta para o “consumidor final”, os produtos passam pelos intermediários, que os destinam, sobretudo, para os “CEASAS”. Identificando esse processo de distribuição dos alimentos, Souza (2003, p.51) afirma que:

[...] não os próprios produtores rurais, mas sim atacadistas baseados em pequenas cidades que recolhem os produtos do campo e os repassam para serem distribuídos por um outro atacadista, baseado em um centro maior (o qual, por sua vez, redistribuirá parte dos produtos para centros ainda maiores), ou os levam para serem beneficiados e processados. Os atacadistas assumem, com isso, o papel de intermediários no processo de distribuição e comercialização; são os popularmente chamados de “atravessadores”. Entre o campo e a mesa do consumidor final, nas cidades pequenas, médias e grandes da rede, se estabelece toda uma cadeia de distribuição e comercialização em que os agentes, em número bem variável, são os comerciantes atacadistas, os transportadores [...] e, por fim, os comerciantes varejistas.

Neste caso, a relação entre produtor e consumidor é marcada por um distanciamento interposto pelas dificuldades de acesso aos mercados de venda direta dos produtos por parte dos camponeses. Sua produção encontra-se, pois, sujeita aos preços e às exigências daqueles responsáveis pelo transporte e venda aos centros de distribuição dos alimentos, resultando na constituição de uma relação comercial bastante desigual no que concerne à apropriação do valor incorporado ao produto vendido. Esclarecendo este processo, Lobato Corrêa (1989, p. 58-61) explica de que modo se estabelecem as relações campo-cidade mediante a complexa cadeia de comercialização dos alimentos de origem camponesa, expondo duas formas típicas de escoamento da produção.

Na primeira delas, segundo o autor, o “atacadista coletor” da pequena cidade encravada em plena zona rural, tem uma “margem de lucro” ao vender a produção ao “atacadista reexpeditor” ou a uma usina de beneficiamento localizada em uma cidade regional; a revenda da produção ao industrial, exportador ou grande “atacadista metropolitano”, por sua vez, adiciona outra “margem de lucro” sobre o preço pago ao “atacadista coletor”. Nesta cadeia de comercialização, o consumidor final, de localização urbana, paga ao varejista um preço muito elevado se comparado àquele pago pelo “atacadista coletor” a quem produziu, localizado no começo do processo de comercialização. Na segunda forma de escoamento da produção camponesa, apresentada pelo autor, destaca-se a atuação das grandes cadeias de supermercados. Cada supermercado possui numerosas filiais de compra localizadas em pequenos centros ou em cidades regionais. Isto, segundo o autor, simplifica a cadeia de comercialização, já que das filiais de compra dos produtos são transferidos ao depósito central localizado na cidade e, daí, os numerosos estabelecimentos de vendas no varejo dispersos pelo espaço urbano. Assim, “os lucros dos intermediários do esquema anterior desaparecem, sendo apropriados pela grande empresa que dispõe de enorme poder de manipulação de preços. E nem por isso o produtor rural é beneficiado” (CORRÊA, 1989, p. 59).

Nos dois casos supracitados, notamos que a relação produtor-consumidor é sempre mediada, isto é, configurada pela presença intersticial dos agentes diversos que dividem, entre si, parcelas da renda da terra materializada no produto ofertado pelos camponeses. Quando é o próprio supermercado que compra a produção, no campo, notamos a eliminação dos demais agentes de intermediação resultando na apropriação concentrada da renda da terra camponesa nas mãos de um único agente, o empresário/grupo proprietário do supermercado. De qualquer forma, os camponeses – nestes casos – continuam a vender seus produtos por preços extremamente baixos, muitas vezes insuficientes para cobrir os custos de produção, deixando aos intermediários – ou mesmo um único – uma fração do produto do seu trabalho, resultado de sua atividade produtiva. Em meio a esta realidade extremamente adversa aos camponeses, não pode ser esquecido o importante papel exercido através do Estado, como denunciou Oliveira (1981, p. 23-24):

Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque

do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado do Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infraestrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto critica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim de comercialização. Sutileza à parte. Uma coisa é certa: nunca o Estado protegeu e deu tanta guarida a esse segmento social. Certamente é o tributo pago ao apoio que este setor dá ao regime vigente. É mais uma fatia do modelo a seus donos.

O processo de *monopolização do território* pelo capital industrial é também relevante para a compreensão das formas de subordinação do campesinato no capitalismo. Podemos citar aqui, por exemplo, os “vínculos” entre empresários do ramo alimentício e os camponeses, mediante um tipo de intercâmbio comercial conhecido como “integração”, no qual se estabelece uma relação contratual de compra e venda da produção camponesa por parte do capital industrial. Detalhando este processo, Martins (1982, p. 51) afirma:

Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranjas, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas. É comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante que têm que pagar por eles, preços que crescem continuamente. **Essa queixa está em contradição com a queixa dos lavradores, de que recebem cada vez menos por aquilo que produzem.** É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como o adubo, a semente, o inseticida, etc. **Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital.** (Grifo nosso)

A configuração de alternativas, por parte dos camponeses, a essa realidade, isto é, à condição de subordinação ao capital comercial e industrial no campo, decorre de um esforço coletivo com vistas à conquista da autonomia em torno da produção e comercialização dos alimentos produzidos. Ao assumirem coletivamente a necessidade da conquista dessa autonomia, que resulta na afirmação de uma condição específica de classe, os camponeses inscrevem-se em um *campo de poder* que tem como importante objeto de disputa o valor incorporado ao produto do trabalho familiar camponês e o próprio domínio sobre o processo de produção e circulação dos produtos.

Os traços de conflitualidade subjacentes a esse processo podem ser mais bem elucidados a partir das idéias de Raffestin (1993, p. 53), para quem toda relação “é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”. Nesta perspectiva,

O poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Inseridos neste *campo de poder*, os camponeses por vezes mobilizam *estratégias* orientadas à superação da condição de dependência econômica em que se encontram, questionando mecanismos de subordinação contra eles direcionados e configurando novas alternativas de enfrentamento às dificuldades que os afetam. Ao criarem eventuais meios de resistência, os camponeses reconfiguram o *campo de poder*, dinamizando-o mediante a realização de mudanças nas condições de interrelacionamento até então estabelecidas com a sociedade.

A agroecologia, aqui, tem um papel consideravelmente importante. Neste sentido, o exemplo das feiras agroecológicas – iniciativas de organização, produção e comercialização alternativa, já bastante difundidas no Brasilⁱⁱ – parece-nos emblemático. Isto porque as feiras agroecológicas e o conjunto de atividades a elas associadas inserem-se nesta realidade enquanto fator de potencial relevância na construção social de mecanismos de negação às formas de dependência em que estão envolvidos os camponeses *na terra*ⁱⁱⁱ. Com a mediação do processo organizativo das feiras agroecológicas são construídas formas alternativas de produção e comercialização tendo como base o trabalho familiar. As reuniões, assembléias e demais atividades que as compõem servem como instrumento de avaliação dos resultados das experiências utilizadas, mas também como produto coletivo e de formação política, através do qual são construídos e assimilados os valores que norteiam as propostas de produção e comercialização camponesa. Neste sentido, as feiras agroecológicas apresentam-se como o resultado de um amplo processo de organização que, além de se

constituir em um importante meio de formação política, viabiliza a reestruturação da produção camponesa com base em princípios específicos: diversidade de cultivos, aproveitamento da matéria orgânica disponível nas propriedades, negação ao uso de agrotóxicos, opção pelas práticas ambientalmente “limpas” (evitando-se as queimadas, por exemplo), etc. Nesse processo, os camponeses contam com a importante participação de assessores técnicos, que criam meios de valorização e difusão das práticas e experiências agroecológicas. Como um “ponto de chegada”, a constituição destas feiras é configurada como uma *estratégia* tendo como propósito viabilizar o controle dos camponeses sobre a produção agrícola e a comercialização dos alimentos produzidos com base no trabalho familiar, algo que se mostra extremamente relevante na medida em que:

A diversificação da produção é uma maneira de se proteger das formas predatórias de extração de renda, perpetradas por diferentes agentes do capital. Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção (PAULINO, 2006, p. 112).

A constituição de experiências desse tipo, além de abrir possibilidades de melhoria na vida dos camponeses envolvidos, passa a fundamentar um discurso político em oposição ao “modelo” do agronegócio. Antagonizando-se duas “lógicas” distintas de relacionamento com a terra, passa-se a mobilizar a “prática agroecológica” como um importante referencial que alicerça a crítica camponesa à agricultura capitalista. Neste processo, a agroecologia delinea e define uma “posição camponesa” diante do capital, servindo como instrumento político e como estratégia do campesinato em meio à conflituosa realidade do campo brasileiro da atualidade.

Implicações teóricas: agroecologia como prática social

São diversas – e frequentemente controversas – as interpretações sobre a agroecologia. Isto porque os princípios que a sustentam não se encontram necessariamente circunscritos em um único campo, por exemplo, o científico-acadêmico. Ramificados em práticas sociais realizadas em diversas partes do planeta, os princípios da agroecologia adquirem significados diversos, respondendo à heterogeneidade de circunstâncias, condições sociais e motivações que os envolvem. A efervescência de experiências ligadas à agroecologia nos últimos anos tem se dado de forma consorciada à emergência do tema na academia, visível pela realização de vários encontros, organização de debates, publicação de trabalhos acadêmicos, livros, bem como pela criação de novos cursos de pós-graduação em agroecologia em várias universidades.

Partindo de tais informações, temos como propósito neste item abordar de forma resumida alguns elementos – entre vários outros possíveis – que caracterizam a agroecologia no âmbito *acadêmico*, priorizando, neste sentido, aspectos teórico-metodológicos referentes ao tema^{iv}.

Refletindo sobre uma epistemologia da *questão ambiental*, Robert Moraes apresentou um problema que, no nosso modo de ver, encontra-se na “agenda do dia” quando nos referimos à agroecologia. Segundo o autor, vive-se uma dificuldade de comunicação, notada, por exemplo, em fóruns de discussão de pesquisadores na área de meio ambiente. Em tais fóruns, há um “clima de babel onde cada um fala uma língua diferente. Isto é, partindo de áreas de formação disciplinares díspares, cada um traz uma bagagem conceitual específica e, muitas vezes, não comunicante” (MORAES, 2002, p. 27).

Não há em nosso campo uma padronização mínima da linguagem; aos mesmos termos se atribuem conteúdos diferentes. O termo ecologia, por exemplo – e ninguém vai negar a centralidade para a discussão em foco –, aparece em alguns contextos discursivos como um *objeto*; porém, em outros contextos aparece como um *método*; em outros ainda como *ciência*, e mesmo em alguns, como *questão política* (MORAES, 2002, p. 47).

Podemos dizer que a agroecologia carrega consigo problemas similares: não há um único ponto de partida no empreendimento de sua definição. Utilizado em diversas esferas, tanto no cotidiano de camponeses, quanto em debates acadêmicos, políticas públicas dirigidas à agricultura, etc., o termo passa a servir como referência a partir de distintos pontos de vista, adquirindo significados diferentes. Tal diversidade não deixa de colocar certas dificuldades na assimilação teórica do tema, estimulando o esforço de várias disciplinas para a apreensão das múltiplas “dimensões” agroecológicas.

Na Academia é atribuída uma correspondência direta da agroecologia – em sua origem – em relação à agronomia e ecologia, sendo aquela entendida como uma derivação das últimas (GLIESSMAN, 2001, p. 55). Isto explica um caráter técnico que fundamenta grande parte das publicações e trabalhos sobre o tema no século XX, em especial até meados da década de 70: tratava-se de desenvolver uma “ecologia aplicada à agricultura”. O avanço das discussões acerca da problemática ambiental em um âmbito internacional repercutiu fortemente nos estudos sobre o tema. Um marco considerável foi a realização da Conferência de Estocolmo, convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, cujo objetivo era o de definir uma forma de desenvolvimento compatível com a sobrevivência física do planeta (MARCOS, 2007, p. 100). Dois anos depois foi realizado o primeiro Congresso Internacional de Ecologia, onde foi desenvolvido um relatório intitulado “análise de agroecossistemas”, abrindo espaço para a incorporação dos “sistemas agrícolas” como áreas legítimas de estudo. Em um contexto de emergência das discussões sobre o “desenvolvimento sustentável”, a

agroecologia constitui uma importante fonte de contribuição “para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade na agricultura” (GLIESSMAN, 2001, p. 56).

Nas duas últimas décadas do século XX, os trabalhos ligados à agroecologia não deixaram de associarem-se à crítica teórica e política que emergia em diversos campos do conhecimento, tendo como importante referência as consequências negativas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, bem como a instrumentalização do pensamento científico nesse contexto. Assim, na ciência, o próprio “projeto” capitalista – em sua dimensão política, econômica, ambiental, etc. – passou a ser associado a noções como a de *falência*, *esgotamento* e *incapacidade*. Esse discurso crítico “se obriga a anunciar algo de novo, uma solução substitutiva que, em princípio, poderá preencher as lacunas relacionadas ao diagnóstico mesmo da crise” (GOMES, 2007, p. 11). Neste contexto, os teóricos ligados à agroecologia buscaram novas *bases científicas* para a formulação de uma crítica negativa – a um só tempo – no âmbito da questão ambiental, social, econômica e política^v. Nesta perspectiva, destaca-se a influência exercida pelo instrumental teórico-metodológico desenvolvido em outros campos do conhecimento, notadamente nas ciências naturais^{vi}. O *agroecossistema*^{vii}, categoria fundamental da agroecologia, revela-nos o propósito *integrador* e *holista* que inspira fortemente vários trabalhos desenvolvidos neste campo:

La agroecología contempla el manejo de los recursos naturales desde una perspectiva globalizadora; es decir, que tenga en cuenta los recursos humanos y naturales que definen la estructura de los agroecossistemas: sus factores sociales (étnicos, religiosos, económicos y culturales) y naturales (agua, suelo, energía solar, especies vegetales y animales). Su análisis implica, por tanto, una perspectiva sistémica contraria a la parcelación sectorial clásica de los especialistas en las distintas ciencias tanto sociales como naturales (GUZMAN, 2006, p. 224).

A utilização do enfoque holístico para o entendimento do manejo dos recursos naturais supõe, para o autor, o questionamento da disjunção e parcelamento do conhecimento científico. Neste sentido, a separação e falta de comunicação entre as ciências sociais e naturais teria gerado a acumulação de saberes separados não apenas entre as categorias citadas, mas no interior de cada uma delas (GUZMAN, 2006, p. 224).

El enfoque holístico de la agroecología implica una aproximación globalizadora al análisis de los recursos naturales lo que supone la ruptura de las etiquetas disciplinares de la ciencia y la utilización de un enfoque sistémico que permita capturar las interrelaciones entre

los múltiples elementos intervinientes en los procesos artificializadores e la naturaleza por parte de la sociedad para obtener alimentos. La agricultura ha de ser contemplada como una intercesión de sistemas de natureza ecológica, social y económica. Sin embargo la vía para llevar a cabo un análisis sistêmico y globalizador del manejo de los recursos naturales ha de partir necesariamente de la ecología (GUZMAN, 2006, p. 224-225).

Nesta perspectiva, a aproximação teórica com a *ecologia* enquanto uma alternativa à separação entre as ciências sociais e naturais é uma proposta claramente assumida. Tal posicionamento é compartilhado, por exemplo, por Martínez Alier, autor que, por exemplo, critica os geógrafos por sua pouca atenção ao problema. Segundo ele, “os geógrafos não teriam nada a perder e em troca teriam muito que ganhar profissionalmente ao se converterem em *ecólogos humanos* e em gestores do meio ambiente” (ALIER, 1998, p. 76). O autor lamenta o fato de que a Geografia “não tem estudado de maneira satisfatória o fluxo de energia e materiais nos ecossistemas humanos”.

Robert Moraes identifica as recentes tendências *holistas* – que guiam grande parte dos trabalhos da agroecologia e que têm influenciado fortemente as ciências humanas – como uma revivência trazida especialmente pela temática ambiental. Um pressuposto assumido é o de que a sociedade pode ser epistemologicamente assimilada pela natureza e ser estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados nas ciências naturais. Esse posicionamento – tão caro ao discurso positivista comtiano, como demonstrou Michael Lowy^{viii} – é com frequência associado ao empenho pela interdisciplinaridade na ciência, notadamente na agroecologia^{ix}.

Por este caminho, a diversidade de elementos inseridos no campo teórico da agroecologia tornar-se-ia inteligível por meio da conexão de saberes produzidos em distintas áreas do conhecimento^x. É nesta perspectiva que emerge a busca pela afirmação da agroecologia enquanto *ciência*. O estatuto almejado seria obtido por meio da articulação de vários elementos “recolhidos de diversas ciências, que se fazem necessários para sua construção enquanto enfoque científico: um novo paradigma” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 15). A construção desse novo paradigma é entendida como o meio de operacionalizar a transição do “atual modelo da agricultura convencional para estilos de agricultura sustentável.

Um risco existente nesse tipo de abordagem é o de tratar a problemática ambiental em um viés que lhe retira sua dimensão social, assumindo-se uma ótica *naturalista*. Nesta perspectiva, o homem é visto apenas como fator de alteração do equilíbrio de um meio, sem se falar de *sociedade*, “mas apenas da ‘ação antrópica’, uma variável a mais num conjunto de fatores basicamente naturais; a relação homem natureza, assim, sendo concebida sem a mediação das relações sociais” (MORAES, 2002, p. 53). Por este caminho, o desenvolvimento da agricultura capitalista é analisado a partir dos seus *efeitos ambientais*, mas pouco

estudado enquanto *processo social*. Do mesmo modo, a emergência de movimentos sociais de camponeses é tratada mais como manifestação da “consciência” social referente à necessidade da transição de um modelo ambientalmente inviável ao “sustentável” do que como uma crítica social dirigida ao capitalismo. No nosso ponto de vista, o desenvolvimento do capitalismo, inclusive na agricultura, não se limita a uma problemática ambiental. Partimos do pressuposto de que a compreensão de vários aspectos da realidade social sob o capitalismo está assentada no entendimento do seu desenvolvimento como um processo *histórico*, contraditório. Este alicerce nos abre possibilidades importantes para compreender manifestações da resistência do campesinato no atual contexto (incluído a própria agroecologia), a partir de um viés político, onde o que está em jogo, mais do que simplesmente o estabelecimento de uma nova “ética ambiental”, é a própria possibilidade de reprodução social autônoma em um contexto adverso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter político de um conjunto de experiências alternativas de produção e reprodução social constituídas por camponeses e suas organizações tem sido consideravelmente negligenciado. No limite, tais experiências são entendidas como desimportantes em razão da própria incapacidade do campesinato de atuar como sujeito político – como classe social. Diante deste quadro, neste trabalho, procuramos compreender a agroecologia enquanto manifestação política camponesa configurada na conflituosa realidade do campo brasileiro. Aqui, as “práticas agroecológicas” foram entendidas como fator que (re)dinamiza o campo de poder onde coexistem, em tensão, distintas lógicas de relacionamento com a terra. Neste sentido, o enfrentamento do campesinato ao agronegócio passa a ser alicerçado por experiências materializadas que, além de contribuírem para a superação de adversidades que afetam os camponeses, servem como referencial político e, assim, como instrumento de ação. Isto nos leva a considerar, em especial na Geografia, a agroecologia como *prática social*, questionando, assim, o caráter *naturalista* que, em grande medida, subjaz o seu entendimento como ciência ou campo do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

- GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- GUTERRES, Ivani. **Agroecologia Militante: contribuições de Enio Guterres**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones, Universidade de Córdoba: ISEC, Universidad de Córdoba, 2006.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1988. PAIM, J. S., 1986. Comuna Russa; p. 121.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARCOS, Valéria de. **Novas (u)topias, velhos horizontes: reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável**. In: Ana Maria Preve; Guilherme Corrêa. (Org.). *Ambientes da ecologia. Perspectivas em política e educação*. Santa Maria-RS: Editora UFSM, 2007, p. 99-119.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenal: Editora da FURB, 1998.
- MARX, Karl. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. Trad. Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra. **Raízes**. v. 24, n.1/2, jan.-dez. 2005.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura e indústria no Brasil*. **Boletim Paulista de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 58, set. 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. Editora Ática S.A. São Paulo, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura brasileira: Transformações recentes*. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 5. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Thiago Araujo. **Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VERAS, Melissa Michelotti. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática.** Dissertação (Mestrado em Ecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Contato com o autor: Thiago Araujo Santos <thiagasan@yahoo.com.br>

Recebido em: 21/01/2016

Aprovado em: 05/11/2016

Notas

ⁱ Segundo Harding (1988, p. 71), a comuna russa ou *Mir* era “uma antiga comunidade de camponeses russos na qual a terra era de propriedade inalienável da *obshchina*, ou comuna, e periodicamente redistribuída em lotes às famílias pertencentes à comuna, em geral de acordo com o número de adultos do sexo masculino existente em cada família”. Havia, naquele contexto, uma importante concepção segundo a qual a comuna poderia ser a instituição embrionária de uma sociedade igualitária descentralizada, defendida inicialmente por Alexander Herzen e, posteriormente, por teóricos articulados na famosa corrente de pensamento que ficou conhecida como *Populismo Revolucionário* (HARDING, 1988, p. 71).

ⁱⁱ São centenas de feiras agroecológicas existentes no Brasil. Uma lista, certamente incompleta, contendo importantes informações catalogadas sobre feiras agroecológicas brasileiras, pode ser encontrada em: <http://www.agrisustentavel.com/feiras.htm> (Acesso em Set./2011).

ⁱⁱⁱ Embasamo-nos, aqui, em resultados obtidos a partir de nossa pesquisa de mestrado realizada junto a um conjunto de feiras agroecológicas existentes, atualmente, no estado da Paraíba. Cf. Santos (2010).

^{iv} Não pressupomos com isso que a “prática” agroecológica seja realizada necessariamente em completa consonância com os princípios desenvolvidos “em teoria” pelos autores que discutem o tema. Embora aspectos em comum possam ser encontrados entre a “teoria” e a “prática” da agroecologia, entendemos que há assimetrias que constituem um rico campo de investigação ainda por ser profundamente explorado. Uma análise interessante que aborda a questão é aquela realizada por Veras (2005), especialmente o terceiro capítulo.

^v Destaca-se a esse respeito o pioneirismo de Miguel Altieri, que incentivou a divulgação de trabalhos relacionados à agroecologia por meio do *Consortio Latinoamericano de Agroecologia y Desarrollo* (CLADES) e das publicações realizadas em sua revista *Agroecologia e Desarrollo*. Um importante apanhado das idéias do autor pode ser encontrado em Altieri (1989).

^{vi} Um exemplo disto é o do uso da *Segunda Lei da Termodinâmica* “para provar que, sob um ponto de vista energético, a agricultura convencional apresenta menor produtividade que a agricultura tradicional, sendo, pois, insustentável no médio e longo prazos” (Caporal; Costabeber, 2002). Para ver tal aplicação cf., por exemplo, Martínez Alier (1998) e Gliessman (2001).

^{vii} Para Gliessman (2001), um *agroecossistema* é “um local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema”. Para o autor, “o conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que o compõem”.

^{viii} “Este axioma da ‘homogeneidade epistemológica’ entre as ciências sociais e as ciências naturais remete, em última análise, à pressuposição essencial do discurso positivista comtiano: a rigorosa identidade entre sociedade e natureza, a dominação da vida social por ‘leis naturais invariáveis’” (LÖWY, 2003, p. 24).

^{ix} Moraes (2002, p. 50), abordando o problema da interdisciplinaridade, defende a “necessária anterioridade do desenvolvimento disciplinar da pesquisa ambiental, ante o trabalho interdisciplinar”. Para o autor, “sem uma base disciplinar, a interdisciplinaridade vira uma palavra vazia, e é somente a partir dos resultados obtidos na pesquisa disciplinar que o trabalho interdisciplinar pode avançar. Um cabedal (ou vários) acumulado por diferentes disciplinas constitui a matéria-prima para uma fértil empresa inter ou transdisciplinar. Por isso, num primeiro momento a discussão sobre a questão ambiental deverá trafegar nos limites dos marcos disciplinares. Há uma anterioridade que não anula as tendências imediatas do trabalho interdisciplinar, mas que, do ponto de vista lógico coloca a formação e a pesquisa disciplinares como prévias: o interdisciplinar alimentando-se do disciplinar”.

^x Cf., por exemplo, Guterres (2006, p. 93), para quem a agroecologia corresponde a um “enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica. Vinculação essencial que existe entre o solo, a planta, o animal e o ser humano”.